



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO

ATO GP Nº 05/2021

Revogado pelo [Ato n. 22/GP, de 15 de abril de 2021](#)

Altera o [Ato GP nº 08, de 27 de abril de 2020](#), para definir a forma de compensação pelo comparecimento do Desembargador às sessões virtuais ou telepresenciais durante o período de suas férias.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os termos do [Ato GP nº 08, de 27 de abril de 2020](#), que, entre outras providências, dispõe sobre a adoção de meios virtuais e telepresenciais para a realização de audiências e sessões de julgamento nas Varas, Turmas e Seções Especializadas, durante a vigência das medidas de isolamento social para a prevenção do contágio pelo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que o comparecimento do Desembargador do Trabalho, durante as férias, às sessões virtuais ou telepresenciais das Turmas, Seções Especializadas, Órgão Especial ou Tribunal Pleno, bem como às Audiências virtuais de Conciliação nos CEJUSCs de 2º Grau gera direito a compensação oportuna;

CONSIDERANDO a expansão do trabalho remoto diante do contexto de pandemia e a necessidade de adequar os normativos vigentes para que se coadunem à realidade institucional,

RESOLVE:

Art. 1º O [Ato GP nº 08, de 27 de abril de 2020](#), passa a vigorar acrescido do artigo 17-A com a seguinte redação:

“Art. 17-A. O comparecimento do Desembargador à Sessão de julgamento virtual, telepresencial ou à Audiência virtual ou telepresencial de Conciliação perante o CEJUSC gera o direito à fruição oportuna de 01 (um) dia de compensação, mediante requerimento acompanhado da respectiva certidão.

§ 1º. A participação concomitante, ainda que parcialmente, em duas ou mais Sessões virtuais ou telepresenciais de julgamento ou Audiências virtuais ou telepresenciais de conciliação no CEJUSC, durante as férias, ocasionará somente 01 (um) dia de futura compensação, observado o período de 07 (sete) dias da Sessão virtual, nos termos da alínea 'b' do inciso IV do art. 17 desta norma.

§ 2º. A participação prevista no caput deverá recair integralmente no intervalo de tempo destinado às férias do Desembargador, sob pena de não gerar o direito à fruição de compensação.

§ 3º. É justificada a ausência do Desembargador na hipótese de Sessão virtual que coincida parcialmente com o período de férias.”

Art. 2º Esta norma entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL
Desembargador Presidente do Tribunal